
VIAGEM PHILOSOPHICA: A ESQUECIDA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA A AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII¹

PHILOSOPHICAL JOURNEY: THE FORGOTTEN EIGHTEENTH-CENTURY SCIENTIFIC EXPEDITION TO THE PORTUGUESE AMERICA.

Eulália Maria A. Moraes dos Santos
Doutoranda em História - UFPR

RESUMO: *No curso das relações entre o Velho e o Novo Mundo, as necessidades do reconhecimento engendram operações simbólicas e significações culturais que permitiram um alargamento do universo, no sentido de recuperar a unidade perdida. A constatação de que estamos diante de alguma coisa distinta, sugere indagações, que certamente nos levam a uma metodologia, nascida de questionamentos simples, como por exemplo, "esta espécie é diferente?" Não há como negar que ao chegar nos trópicos depara-se o europeu com algo inusitado. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) chefiou uma expedição científica no Brasil ao longo de nove anos, (1783-1792). Parte de seus minuciosos diários e monografias sobre etnografia, biogeografia, geologia e agricultura foram publicados, embora pouco estudados. Hoje, ao chegarmos ao extremo limite da exaustão de suas indescritíveis fontes e recursos, devemos prestar homenagem àqueles que souberam registrar, desde os primórdios, a pujança e a grandeza da megabiodiversidade brasileira.*

Palavras-chave: Geografia fantástica; História; Naturalista; Século XVIII; Alexandre Rodrigues Ferreira.

ABSTRACT: *According to the relations between the new and the old world the necessity of the recognition create symbolic operations and cultural meanings, which allowed and wide universe to rescue the lost unit. The evidence that we are front a distinguished thing gyre us inquiries that certainly will tate us to a methodology and that inquiries are resulting from simple questions as for example: "Is that a different king os species?" It is impossible to deny that when the European arrives in the tropics he fined something unusual. The Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) led a nine-year scientific expedition in Brazil from (1783-1792). Major portions of his detailed diaries and monographs on ethnography, biogeography, geology, and agriculture have been published, though they are little studied. Today when we are reaching the extreme limits of our indescrivable sources and resources, we should render homage to those who made the effort of registering, from the beginning, the vigorous growth and the greatness of Brazilian megaboidiversity.*

¹ O presente artigo foi extraído de um trabalho maior de pesquisa, referente ao "Estado da Arte", para a defesa de qualificação de Mestrado em Geografia, intitulado Sobre o conhecimento da natureza e dos povos no Brasil a partir de relatos de exploradores e viajantes do século XVI ao século XIX.

Key Words: Fantastic geography; History; Naturalist; 18th century; Alexandre Rodrigues Ferreira.

INTRODUÇÃO

O impacto que a descoberta do Novo Mundo representou para a cultura e conhecimento da natureza do Velho Continente, não é comparável nem mesmo à chegada do homem na lua, afirmou o antropólogo Claude Lévi-Strauss. A total perplexidade diante do inusitado e as analogias estabelecidas num primeiro momento provêm a restauração do etnocentrismo europeu. Permaneceram, contudo, as lacunas esperando por reflexões científicas, para serem solucionadas. Isto posto, o grande compromisso da investigação era superarem-se – os naturalistas –, uns aos outros, nas discussões sobre o território americano e seus habitantes, o que resultou em novos métodos para as narrativas geográficas, conquanto não fosse esse o propósito: criar uma sistemática da geografia. Pois para Capel Saez *De certo modo, poder-se-ia afirmar que a geografia moderna nasceu durante o século XVI, na América, no esforço por reconhecer, descrever, estudar, e organizar as informações das terras descobertas* (1999; p.47). O conhecimento historiográfico medieval e renascentista aliado às enciclopédias de Aristóteles, Heródoto, Estrabão e Plínio, entre outros cronistas clássicos de longa data haviam iniciado os viajantes do Novo Mundo no exercício das observações. Mas, diante do inédito da situação, a necessidade de levar ao conhecimento dos europeus a nova ordem visual carecia de novos métodos. Aliaram-se então, arte e ciência, e do longo exercício de narrativa resultaram a sensibilidade e a razão

Das reflexões sugeridas pelas narrativas dos viajantes quincentistas – muitas vezes, incongruentes –, surgiu a noção de problema. Para solucioná-lo,

lançou-se mão dos instrumentos metodológicos. Uma contribuição do racionalismo cartesiano – despontando como filosofia – para com a moderna ciência do século XVII. Esta, responsável pela investigação dos segredos da realidade natural, para colocá-lo ao alcance da humanidade, inaugurava um período onde não haveria lugar para o misterioso. Tudo agora estaria sob o critério das evidências, dos esclarecidos, dos iluminados. No avanço científico depositou-se a esperança de deixar para trás os séculos das “trevas”, envolto pelo véu do mistério, da superstição.

Nos séculos XVII e XVIII, os trabalhos dos viajantes ganham uma nova conotação quando, então, buscam uma sistematização de agrupamento dos seres da natureza em ordem científica relacionada ao conhecimento do universo. As primeiras evidências da construção do momento histórico do observador no Brasil tem seu legado pré-científico registrado pela permanência dos holandeses no Nordeste, ocorrida no século XVII. Trata-se de observações de caráter puramente científico ou físico, dentro de um entendimento moderno, onde a relação estabelecida com a natureza, pelos holandeses, não é mais regida pela crença religiosa e preocupações morais. Para esses novos observadores, a natureza não traz mensagens divinas para que os homens as interpretem, não está localizada dessa ou daquela maneira pela providência de Deus. Neste momento, a botânica e a zoologia nasciam para o Brasil. Em 1648, como resultado dos estudos de Piso e Marcgrav – naturalistas da Expedição Holandesa –, publicou-se, sob o título *Historia Naturalis Brasiliae*, o estudo da medicina tropical, com a descrição das doenças brasileiras, quando Marcgrav, pela

primeira vez, assinala as virtudes da Ipecacunha² (Neiva, 1989).

Depois do Brasil-Holandês, até o século XIX, por conta de uma política administrativa centralizada e protecionista do Marques de Pombal (1699-1782), o sigilo que cercou as colônias portuguesas durante este período, deixou uma lacuna para a História Natural do século XVIII. Contudo, no final do século XVII, o interesse científico do europeu voltara-se definitivamente para o mundo natural, com vistas a ir além das suas fronteiras. A ciência sob um clima revolucionário havia progredido de forma decisiva no que tange as ciências físicas e naturais.

Respirando este clima de renovação, não podia ficar Portugal indiferente às reformas do século das luzes. E foi nesse ambiente de efervescência intelectual, assistido pela publicação da Enciclopédia Iluminista e as trocas de informações por correspondência entre os homens de ciência – instigados por uma filosofia, que inspiraria a *Revolução Francesa (1789)* –, que Portugal também eclode com o surto renovador na cultura científica, com a reforma do currículo universitário, que tem início em 1772, pelo Marques de Pombal, Sebastião de Carvalho. Embora à margem das conquistas do iluminismo europeu do século XVIII, as ciências naturais em Portugal, de certa forma o acompanharam, como veremos (Novais, 1995). Já em 1764, Domênico Vandelli, doutor da Universidade de Pádua, fora indicado pelo Marques de Pombal para a Universidade de Coimbra. Vandelli era um correspondente de Linnaeus, responsável pelo revolucionário sistema de nomenclatura binominal na classificação botânica e zoológica.

Intentavam as reformas pombalinas, fornecer um quadro político capaz de ativar todo o desenvolvimento que permeava as comunidades científicas. Através das associações, pode-se avaliar as intenções dadas pelas iniciativas, como por exemplo, a fundação do Real Colégio dos Nobres (1761) ou o convite aos professores estrangeiros para fazer parte da nova cátedra, em substituição aos jesuítas expulsos em 1759. A referida reforma passou a incluir uma Faculdade de “Philosophia Natural”. Tal expressão, na diretriz da recém criada Faculdade, objetivava a introdução em Portugal do ensino das ciências físicas e naturais, até então relegadas à somenos importância, enquanto estivera o ensino universitário conduzido pelos jesuítas. As disciplinas básicas, que com a reforma passaram a ser ministradas na Faculdade de Philosophia Natural de Coimbra, somaram ao número de seis: Física Experimental; Química Teórica e Prática, História Natural – com inclusão de Zoologia, Botânica e a Mineralogia –, Lógica, Ética e Metafísica. Estas últimas herdadas da filosofia geral, que não fora ainda de todo eliminado. Como se observa, a filosofia escolástica fora abolida, substituindo-a as ciências.

Sob a orientação de Vandelli, uma geração de brasileiros se formou como cientistas naturais. Foram eles: Manuel Arruda da Câmara, que recebeu fundos para coletar espécimes em Pernambuco, sua terra natal; Joaquim Velloso de Miranda, que fez importantes estudos de Botânica em Mariana - Minas Gerais; José da Silva Lisboa, posteriormente nomeado Visconde de Cairu; José Arouche, pioneiro dos estudos jurídicos em São Paulo; e fazendo parte deste grupo de jovens intelectuais, destacar-se-ia Alexandre Rodrigues Ferreira, pelo talento e esforço com que serviu à ciência, sem que pudesse deste

² Ipeca, forma abreviada de *ipecacunha*, f. bot. *Uragoga ipeacuanha*. Erva brasileira da família das rubiacceas, cujas raízes, de uso medicinal, tem efeito emético.

esforço colher o reconhecimento. Um pouco mais tarde (1783), mas igualmente dentro do contexto iluminista português, um outro brasileiro, José Bonifácio, se tornaria homem de ciência e grande mineralogista, este sim, reconhecido como sábio por seus contemporâneos, e bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, UM NATURALISTA BRASILEIRO A SERVIÇO DA COROA PORTUGUESA.

Alexandre Rodrigues Ferreira, brasileiro, nascido na Bahia, a 27 de abril de 1756. Tão logo fizera seus estudos iniciais aqui no Brasil, seu pai o mandou para Portugal para que abraçasse a carreira eclesiástica. Contudo, matriculou-se no curso de Direito (1770) e, no ano seguinte, em “Philosophia” atraído que fora pelas ciências Naturais. Formando-se em 2 de julho de 1778, foi então, convidado a ocupar uma cadeira na Faculdade, mesmo porque, dois anos antes de se formar já era “Demonstrador de História Natural”. Em 10 de janeiro de 1779 doutorou-se com a orientação de Domênico Vandelli. O mesmo que o indicara em 1778, para ser nomeado através da *Congregação da Faculdade de Ciências Naturais de Lisboa*, na figura do *Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho Mello e Castro* para ser o naturalista responsável, pela expedição denominada por seus idealizadores de *Viagem Philosophica*³ pelas então, Capitânicas do Grão Pará, São José do Rio Negro, Matto Grosso e Cuyabá.

A decisão do Ministro Martinho Mello e Castro – ansioso por conhecer os recursos do Brasil e outras colônias – seguia uma campanha de Vandelli, de longo tempo promovendo as pesquisas e estimulando Portugal a sair em busca de um conhecimento mais efetivo dos “reais” valores e riquezas de suas colônias, através das expedições. Como sabemos, as correspondências tinham a funcionalidade das publicações de livros e periódicos - hoje tão divulgados nos meios acadêmicos. Os ingleses e franceses saíam à frente, levando uma significativa dianteira em suas colônias. Desta forma, se a corte abominava os franceses “igualitários”, porque estes faziam uma afrontosa manifestação panfletária contra o colonialismo e os governos absolutistas, os cientistas portugueses não deixavam por menos: trocavam correspondência, buscando as últimas novidades que circulavam no mundo dos acontecimentos, como só na França pudera proliferar a idéia iluministas.

Ademais, a política administrativa de Portugal, em relação às suas colônias, era entrave suficiente para ignorarem os reais valores que possuíam. No Brasil, por exemplo, – e com certeza nas colônias africanas principalmente -, havia a proibição da instituição do ensino superior, o que levava o jovem brasileiro, quando podia, a buscar uma formação européia, longe dos conhecimentos de sua terra, o que em grande parte foi responsável por uma formação em defesa da Coroa. Retornando ao Brasil, passavam a ter uma vida distanciada, isolados daqueles que deixaram; não havia como avançar nos estudos longe da

³ A expedição dirigida pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira foi batizada por seus idealizadores de “Viagem Philosophica”. Instigados pelo conceito que envolve a *filosofia* de nossos tempos, quando nos debruçamos num estudo mais detido acerca da semiologia da qual está investida a palavra “Philosophia” para o século XVIII, deparamos com a repercussão que a “Revolução Científica” produziu não apenas nos meios acadêmicos e nascentes comunidades científicas através das publicações, mas principalmente numa nova ordem mundial de política/econômica administrativa. Uma imbricação de acontecimentos sugerindo novas teorias, novos métodos dentro da História Natural, até então essencialmente enciclopedista, e que direcionada para os estudos de *Philosophia Natural* descobre-se à botânica, a zoologia e a mineralogia com a superação dos acirrados debates acerca do providencialismo estático teológico ao inserir-se a temporalidade na História Natural.

Metrópole, mesmo porque, na colônia a circulação de publicações era extremamente vigiada e proibia-se a existência de gráficas. Qualquer publicação, além de ter origem em Portugal, devia passar pelo critério da censura. Não por acaso, em 1772, queixava-se o farmacêutico Antonio Ribeiro de Paiva dos equívocos que os portugueses comerciantes cometiam na identificação das ervas medicinais. Ao discurso, acrescentava o fato do Brasil ser o genuíno produtor de uma “goma-copal”⁴ e que Portugal a importava de outro país (Dean, 1996).

Levados a efeito os intentos de Vandelli, os preparativos para a *Viagem Philosophica*, devido a algumas dificuldades de organização não esclarecidas, só permitiu que a partida se realizasse cinco anos depois de nomeado o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (em 1783). Durante esse tempo o naturalista dedicou-se aos trabalhos, no Real Gabinete da Ajuda, além de estudos científicos na região de Setúval e na mina de carvão de Buarcos em Portugal. Comprovam-no carta expedida pela Rainha, onde ordena que não se faça impedimento à sua incursão

(...) e que possa passar para a Villa de Setuval, seu Termo, e comarca, Julio Mattiazzi, de Nação Italiana, e ao Alexandre Ferreira, custodio Joze da Silva, e hum criado q̃ l evão na sua companhia, q̃ vão áqueles sitios fazer varias experencias a respeito dos produtos Naturaes. (...) Palacio de N. Sra. Da Ajuda em 3 de mayo de 1783. M. de M. e C. (Lima, 1953, p.106)

Em outro momento refere-se o documento a relato acerca do trabalho de campo nas minas da Coroa, como segue na carta.

(...) parti na comp.^a de Julio Mattiazzi, e do D. Alexandre Rodrigues Ferr.^a p.^a a contra costa do cabo de Espichel, e examinando com cuidado, e não sem perigo, em qual das roxas estaria o madeiro petrificado, não foy possivel acertarse com o lugar, em q̃ fora visto, seg.^{da} m.^a lembrança, há dez anos pouco mais ou menos, por estar neste dilatado espaço de tempo mudada toda aquela situação pelos invernos, e pela braveza do mar, como os mesmos naturalistas poderão informar a V. Ex.^a e sera percizo, q̃ ou a tempo novam^o o descubra, ou neste verão, que eu mesmo vá áquele sitio com trabalhadores a cavar com cautela a terra, q̃ tem dezabado daquela roxa, donde se prezume estará o d.^o madeiro por huma remota lembrança, q̃ conservo desde o tempo, q̃ fiz m^m observaçoens no artigo de carvão de pedra na mesma contracosta (...). Cezimbra 6 de mayo de 1783. Joze Hanrique de Ancheta Portas (?) Pr.^a de Sampaio. (Lima, 1953, p.107).

Enquanto, a viagem encontrava-se na dependência burocrática dos serviços da Coroa, os conhecimentos do naturalista eram aproveitados, como notícia que se tem através da carta de José Hanrique, da região litorânea de Cezimbra – onde procuravam “madeiro petrificado”, ou minas de carvão, sem sucesso.

Outrossim, dedicou-se o naturalista aos estudos de documentos e correspondências, que traziam notícias da região da colônia que lhe fora designada. Bem podemos reconhecer o resultado de suas investigações, ainda em Portugal, quando nos seus diários utiliza informações de funcionários da administração da colônia, como as do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no reconhecimento que este fez do rio Negro em 1773 – dez anos antes da sua chegada –, e de outro

⁴ Goma-copal: Fornecida pela resina da Copaiba, também chamada goma-copal dos maias, muito valorizada como excipiente para tinturas, digestivo, unguento, antitoxina e suposta cura para gonorréia e elefantíase, bem como fruta saborosa e a mais valiosa madeira para mastros (Dean, 1996, p.146-159)

contemporâneo mais recente, o governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manuel Gama Lobo d'Almada, cujas informações e questões de limites abrange não só o rio Negro, como seus afluentes, particularmente o rio Branco. Trata-se de informações dos mencionados funcionários de Portugal, que dado o interesse da Coroa portuguesa em divulgar e posicionar suas reais fronteiras foram reunidos e publicados duas vezes.

Simultânea à organização da *Viagem Philosophica* de Alexandre Rodrigues foram enviados igualmente naturalistas para reconhecimento de outras colônias portuguesas de Angola e Moçambique, sendo a do Brasil a que se constituiria na mais demorada (1783-1792).

Finalmente, em 1.^o setembro de 1783, Alexandre Rodrigues Ferreira e a equipe que o acompanha deixam Portugal, na charrua *Águia e Coração de Jesus*, com destino ao Brasil. Porém, desde março, conforme recibo expedido por Julio Mattiazzi, a equipe recebia ajuda de custo para a expedição que empreenderiam pelo interior da região norte do Brasil – consta, igualmente, as referidas ajudas para as expedições com destino à África. Juntas, somavam no recibo a quantia de *hum conto, seis centos, e trinta, e dois mil reis das ajudas de custo dos Naturalistas, Riscadores, e Jardineiros Botânicos, q̃ vão para as Expedições*, e aos nomes dos beneficiados seguiam as quantias especificadas: para o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira coube a quantia de

duzentos réis, para os dois “riscadores” ou desenhistas, Joaquim Joze Codina e Joze Joaquim Freire, cento e noventa e dois réis, da mesma forma o jardineiro botânico, Agostinho Joaquim do Cabo, a quantia de [192\$000 r.^s]. Posteriormente, em carta do Ministro Martinho de Melo e Castro para as orientações de suas funções a serviço da Coroa no Pará especifica o valor de seus vencimentos anuais.

N'esta occasião embarca para o Pará o D.^{mo} Alexandre Roiz Ferreira Naturalista, levando debaixo da sua inspeção a Joze Joaquim Freire, Riscador, Joaquim Joze Codina, também Riscador; e Agostinho do Cabo, Jardineiro, os quais vão vencendo annualmente ao serviço de Sua Mag.^{de} os ordenados seguintes a saber: o primeiro 400\$000 rs. e os outros trez a 300\$000 rs. cada hum; e d'estes ordenados se ha de descontar no Pará o que elles deixão n'esta Corte as suas Familias, que vem a ser, o primeiro 150\$000 rs, cada hum dos outros 100\$000 rs (...) (Expedição do Naturalista, 1892, p.229-31).

É de se notar que em todos os momentos da organização da *Viagem Philosophica*, a farta documentação que esta produziu, os preparativos, as atribuições e as nomeações incluem, além do Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, apenas um jardineiro botânico e dois riscadores. Mesmo as expedições organizadas para Moçambique e Angola, não levam grande número de expedicionários. Pode-se comprovar pelo recibo emitido por Julio Mattiazzi, como aqui transcrevemos na íntegra:

Recebi do Snr. João Gomes de Araujo, a quantia de hum conto, seis centos, e trinta, e dois mil reis das ajudas de custo dos Naturalistas, Riscadores, e Jardineiros Botânicos, q^{as} vão para as Expediçoens: a saber.

Pará

O D.^o Alexandre Rodrigues Ferreira Naturalista 240\$000 r.^s

Agostinho Joaq.^o do Cabo Jardineiro Botânico 192\$000 r.^s

Joaq.^o Joze Codina Riscador 192\$000 r.^s

Joze Joaq.^o Freire Riscador 192\$000 r.^s

Moçambique

Joze da Costa Jardineiro Botânico 192\$000 r.^s

Antonio Gomes Riscador 192\$000 r.^s

Angola

Angelo Donati Naturalista, e 240\$000 r.^s

Joze Antonio Riscador 192\$000 r.^s

Soma 1.632\$000 r.^s

Hoje, 5. De março 1783

Julio Mattiazzi.

O documento (Lima, 1953, p.105), tem um caráter de oficialização das organizações das *Viagens Philosophica* para as expedições ultramarinas. Nele destaca-se em primeiro plano, a expedição do Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para a colônia portuguesa na América e, na seqüência, duas outras para o continente africano. A emissão do recibo é assinada por Julio Mattiazzi - administrador do Museu de História Natural -, aquele que ficaria responsável pelo material enviado por nove anos de coleta e pesquisa de Alexandre Rodrigues Ferreira e seus assistentes. Embora em alguns autores tenhamos encontrado referências a um verdadeiro exército - como pode ser conferido no caso da invasão holandesa -, acompanhando o Naturalista para o grande desafio pelos sertões das capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, não é o que se pode confirmar através dos documentos, como acima transcrito. Outrossim, há em carta que o acompanha na chegada ao Brasil - Belém -, ordem expressa do ministro Martinho de Mello e Castro ao Governador do Pará, quanto às providências cabíveis e o recrutamento de soldados e todo

séquito de nativos da colônia, para acompanhá-los nas expedições pelo sertão.

É justamente por ficar a mercê dos atendimentos das autoridades da colônia e assistente de trabalho entre os nativos que, para Alexandre Rodrigues Ferreira, foi tão difícil à empreitada. Em primeiro lugar, a morosidade bastante conhecida entre nós, das solicitações que deviam esperar respostas da Coroa, do receio que qualquer autoridade da colônia tinha de tomar algumas iniciativas, por mais simples que fossem; em segundo lugar embrenhar-se por territórios inóspitos e povoados por indígenas que ainda não haviam tido contato com os europeus e, se haviam, não fora dos melhores. Isso era do conhecimento dos "remeiros", que em algumas circunstâncias negavam-se a continuar a viagem, causando deserções em massa. Finalmente, havia uma grande dificuldade dos governadores das capitâneas dispor de canoas, suprimentos, remadores e soldados para acompanhá-los nas incursões. São situações que causaram sérios aborrecimentos e até alguns desentendimentos entre as referidas autoridades.

O documento com o qual aporta no Pará o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, na continuidade, notificava ainda ao Governador da Capitania, Martinho de Sousa, a missão que o trazia até à colônia: *examinar e descrever tudo o que houver n'esse Estado relativo á História Natural; e em recolher, e preparar o que se deve remetter a esta côrte, na conformidade das instrucções que leva o dito Alexandre Rodrigues (...)* (Expedição do Naturalista, 1892, p.229-230).

A ordem hierárquica estabelecia que os "riscadores" e o jardineiro botânico deviam obediência ao naturalista; este, por sua vez, ficava subordinado à autoridade do Governador da Capitania, encarregado da organização das expedições pelo interior dos sertões, indicando-lhes direção, cuidando das provisões - materiais, canoas, "remeiros", alimentos, medicamentos - e todas as providencias para o transporte da equipe; da mesma forma que as despesas deveriam correr por conta da "Junta da Fazenda real da Capitania". (...) *E V.S. terá cuidado de mandar do Pará as canôas necessarias para conduzirem as producções, que elles recolherem, afim que se venham, remettendo successivamente para esta côrte pelos navios, que se offerecerem. Deos guarde a V.S. Mafra em 29 de agosto de 1783* (Expedição do Naturalista, 1892, p.229-30). As produções, resultantes das coletas do naturalista Alexandre, passavam a ser encargo das autoridades das Capitánias, bem como todas as despesas e responsabilidade do envio das coleções, relatos e observações da *Viagem Philosophica*.

A VIAGEM PHILOSOPHICA E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A carta de recomendação, da qual se fez acompanhar o naturalista baiano, não deixa qualquer dúvida da índole colonizadora e do imperialismo ecológico exercido pelos europeus por onde quer que passassem, das Índias Orientais às ilhas de Açores, Madeira e Canárias, até alcançarem o Novo Mundo (Crosby, 1993). E desta forma fizeram-se conhecidos. Assim sendo, dentre as várias funções executadas por Alexandre Rodrigues Ferreira, cabia-lhe, também, estudar as adaptações de certas plantas na Amazônia.

P.S. O sobredito Dr. Alexandre Rodrigues leva uma porção de semente de linho canhamo, que deve semear em diferentes lugares e em diferentes tempos, sendo da maior importância a introdução d'esta cultura n'essa capitania, de V.S. tomar um particular cuidado em a promover e animar por todos possiveis (Expedição do Naturalista, 1892, p.230).

A tentativa de introdução da cultura do cânhamo (*Canabis sativa*) no Brasil trata-se de mais um dos inúmeros episódios referentes às plantas exóticas para a aclimação nos trópicos. Planta esta de grande importância na época, uma vez que as fibras retiradas de seu caule, tinham utilidades variadas para a fabricação de cordames, livros e velas dos navios, o que justificava a insistência e esperança de cultivá-la na colônia. Em resposta à incumbência, o naturalista narra a condição do solo que, por ser barrenta e misturada a água salobra, impedia-o de acreditar no sucesso de tal empreitada⁵. Trata-se de terras que não têm

⁵ Alexandre Rodrigues Ferreira, refere-se ao solo da região de Belém do Pará, como uma terra salgada, imprópria para a agricultura, uma afirmação que não se justifica. Segundo estudos, o teor de sal é desprezível, não se constituindo empecilho para o desenvolvimento de plantações que ocorrem até próximas ao oceano.

qualquer serventia para o cultivo sem que se façam *córtes*, referindo-se talvez a algum procedimento de drenagem. Mas, garantiram-lhe que fora da cidade havia terras boas para o plantio em assim sendo, procurará a terra adequada para nela “deitar” as sementes. A título de experiência afirma ter utilizado uma faixa de terra, espécie de tabuleiro, que existe dentro da cidade. Preocupa-se com as condições da água dos rios misturadas a água salgada porque, segundo sua avaliação, tal qualidade inviabiliza o trabalho de lavagem do talo do cânhamo, até que se retire a goma da fibra, processo pelo qual tem de passar para separá-las.

Martinho de Mello e Castro, ao encerrar a carta de recomendação à chegada de Alexandre Rodrigues Ferreira, pontua as últimas ordens administrativas e encerrando a carta com um *Deos guarde a V.S. Martinho de Souza Albuquerque*, em seguida descreve uma lista de animais que devem ser enviados juntamente com as demais produções do naturalista Alexandre, são eles:

Dois jacarés, dos maiores, bem preparados e com as suas cabeças, metidos em caixas de páo por conta da conservação na passagem.

Duas giboias, também das maiores.

Duas tartarugas, também das maiores.

Toda casta de passaros vivos, grandes ou pequenos, assim de terra como aquáticos, metidos em gaiolas ou viveiros, muito raccomandados aos capitães para que não morram no mar.

Os mesmos passaros mortos, preparados para o Muzeo.

Macacos ou saguis amarelos, côr de perola ou de outras côres, que não sejam dos ordinarios.

Os ditos jacarés, giboias e passaros mortos se devem entregar ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira para que elle os faça preparar como entender, e que possam vir juntamente com

todas as mais produções naturaes de que o mesmo Dr. Alexandre vae incumbido (Expedição do Naturalista, 1892, p.231).

Na extensa listagem dos animais que devem seguir para a Metrópole, é de se notar a preocupação em assinalar o valor das espécies mediante um testemunho dado pelo tamanho dos animais. Quanto à vegetação, recebem a cooperação do calor do sol, da umidade do clima, concorrendo para com a fertilidade do solo que transformam a terra em matas impenetráveis. Para Alexandre Rodrigues Ferreira,

o que se vê é um país selvagem e sombrio, uma terra bruta e abandonada a si mesma; toda superficie está coberta de infinitas plantas de todas as familias. Era de se esperar que aqui, semelhante às matas do antigo continente, fossem estas também habitadas por grandes e ferozes animais como elefantes, rinocerontes, tigres e leões. Na verdade não é assim. Apesar de todos estes vastos abrigos e mesmo da variedade de climas, os mamíferos da América Meridional são menos volumosos e robustos que os já citados do antigo hemisfério. Parece que estes pequenos quadrúpedes, que originariamente pertencem 'aqueles, sejam de uma raça inferior visto que em volume o maior de todos daqui é a anta, e em ferocidade, a onça (Ferreira, 1972, p.70-71).

Num primeiro momento, a natureza é vista de uma perspectiva judaico-cristã: com hostilidade e idolatria, vencer esta natureza significa colocá-la dentro dos processos de produção capitalista tornando-a dadivosa, no sentido de dispor da riqueza que ela possui. Uma discussão de ordem filosófica que se estende até os nossos dias. Num segundo momento, a formação do naturalista aponta para o “moderno” cientificismo europeu do século XVIII, quando se acentuou a teoria de

Buffon, acerca da debilidade da natureza do Novo Mundo⁶.

Ainda segundo as cartas trocadas pelas autoridades da Coroa - Ministro Martinho de Melo e Castro - e representantes governamentais da colônia, a viagem de travessia do Atlântico foi feita em cinquenta e um dias, considerada pelo comandante do navio uma viagem longa, devido aos ventos contrário e as calmarias. Já no mar – o naturalista e sua equipe –, iniciaram o que podemos chamar de exercício de estudos, com as iconografias e catalogação dos peixes capturados pelos marinheiros, também foram instruído na “pilotagem” ou o uso do *Sextante*⁷, para determinar a latitude e altitude. Em Belém, cidade porto e capital do Pará permaneceram por nove meses em preparativos, aguardando ordens para adentrar o interior do sertão da região. Da sua permanência na capital, Alexandre Rodrigues Ferreira, fez vários reconhecimentos dos arredores, distanciando-se até os limites do que era permitido sem grandes provisões. Contudo, seu trabalho de campo foi bastante produtivo do ponto de vista botânico, zoológico, agrícola e etnográfico. Tendo colhido muitas informações da ilha de Marajó.

Tão importante viagem dirigida pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira foi empreendida no reinado de Dona Maria I, a fim de pesquisar os três reinos da natureza e coletar espécimes para o Real Museu de Lisboa, além de

um minucioso apontamento sócio-cultural, quando o naturalista expressa sua admiração diante dos costumes, cerimoniais e tece considerações acerca do meio, do clima, do modo de vida, atribuindo-os à formação dos caracteres raciais. Nos primeiros relatos que envia ao Ministro e à Coroa, Alexandre Rodrigues Ferreira mostra-se bastante honrado com o atributo conferido a ele. Uma experiência de trabalho de campo pelas regiões Norte e Oeste do Brasil, então Capitanias do Grão-Pará, São José do Rio Negro, Matto Grosso e Cuybá, regiões que hoje correspondem aos Estados da Amazônia – Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia –, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em um primeiro momento, percebe-se a *Viagem Philosophica* também vinculada ao assentamento das fronteiras, lembrando que a ocupação portuguesa do vale do rio Branco efetivou-se no final da década de 70 do século XVIII e, com o Tratado de Madrid (1750), entraria na cena geopolítica internacional. Em 1777 o Tratado de Santo Ildefonso e a eminência da demarcação das fronteiras luso-espanholas, em muito influenciariam a política pombalina com relação à Amazônia. Ali a tônica política seria – mesmo após a queda de Pombal – a preservação territorial. Na esteira das questões ligadas à fronteira, produziu o trabalho de Alexandre R. Ferreira um mapeamento estratégico, com conhecimento da geografia, do clima e das populações nativas. Quanto às ciências naturais,

⁶ Em 1749, Buffon publicava a obra *Histoire Naturelle*, no volume IX. Um tratado dos “Animais comuns aos dois continentes”, em que discorre longamente sobre a ‘inferioridade’ que sob seu inventário explica-se, pelas condições adversas do meio ambiente americano. Num artigo posterior a “Degeneração dos animais”, aponta a possibilidade dos animais da América, dada às devidas diferenças, terem de alguma forma transitado do velho para o novo Mundo, e uma vez instalados na América tornaram-se homens e animais corrompidos, inferiores, enquanto os insetos ou animais daninhos tomaram dimensões extraordinárias. Bastante difundido, nas discussões científicas, levariam ao desenvolvimento do pensamento biológico e biogeográfico. Aliás, de suas investigações da fauna referente aos dois lados do Atlântico, Buffon concluiria que, não se encontram sempre as mesmas espécies em áreas geograficamente distintas, mesmo com ecologia semelhante, em 1816 Humboldt impressionado com o resultado destas investigações deu-lhe o nome de “Lei de Buffon” (Papavero, 1997). Para Gerbi (1996), o princípio será de bom alvitre para explicar a abundância de insetos e serpentes encontrados no “ambiente malsão” do Novo Mundo. Aliás, o adjetivo depreciativo é usual nas crônicas e descrições de viajantes e naturalistas eurocentristas desde o século XVI.

⁷ *Sextante*, instrumento de reflexão para medir ângulos vertical usado principalmente na navegação para determinar a altura angular do sol, inventado em 1731 pelo físico inglês John Hadley.

estas foram aplicadas para o conhecimento de minerais, animais e plantas. A botânica, por exemplo, ocupou uma função prática de caráter agrônomo: estudar a adaptação de certas plantas ao cultivo na Amazônia, a sua utilidade enquanto função fototerápica e investigações afins. Como segue instruções do Ministro Martinho de Mello e Castro, na carta de recomendação, e espécie de salvo conduto com a qual o naturalista aporta no Brasil.

Numa reprodução da lista *dos animais que fazem objeto das caçadas e das pescarias dos índios* (Goeldi, 1985, p.53), o suíço, também naturalista, Emílio Goeldi afirma que alguns equívocos nas classificações feitas por Alexandre Rodrigues Ferreira são seguramente criticados pelos naturalistas modernos, como por exemplo, em relação à Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris* - Linnaeus, 1758) colocada entre os paquidermes, classificação dada pela semelhança que o grande roedor apresenta à primeira vista com o porco, no que sabemos, a classificação dos mamíferos, das aves, dos peixes entre outros, muito teria ou tem para ser observado. Afinal, embora o naturalista baiano deixe claro que o acompanhava em sua *Viagem Philosophica* o "*Systema Naturae*", "*Genera plantarum*", e "*Species plantarum*" de Carl Linnaeus (1707-1778), assim como as "*Planches enluminés*", sobre as aves de Buffon (1770-1786), a sistemática binominal lineana - ainda hoje empregada pelos botânicos e zoólogos - era recente e, além disso, as responsabilidades dos officios a serem enviados para a Coroa não lhe permitiram um estudo mais detido da nomenclatura de Linnaeus, o que almejava fazer no retorno a Portugal, para a sonhada publicação que não aconteceu.

Os encargos atribuídos pela Coroa Portuguesa a Alexandre Rodrigues Ferreira, dado o contexto político, ultrapassam em muito os seus interesses e formação de naturalista. Desta forma, como podemos avaliar através de alguns momentos de seus relatos, seu diário tem o perfil das visitas de correção de funcionários eclesiásticos e civis. É o caso de citarmos o Roteiro da Viagem do Pe. José Monteiro de Noronha escrito na segunda metade do século XVIII, antecedendo o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que por sua vez o menciona.

Aliás, a descrição do *Roteiro da Viagem do Pe. José Monteiro de Noronha nas suas viagens pelos rios Amazonas e Negro* (Silva, 1997), confrontamos com o diário de Alexandre R. Ferreira para assinalarmos lugares cujos nomes perderam-se, ou porque, ostentando a condição de povoados ou aldeia, ao serem elevados à condição de vilas e/ou cidades, dispersaram-se os topônimos gentílicos e passaram a ter nomes relacionados às questões políticas/administrativas, lusitanos - alguns topônimos, somente através da oralidade são reconhecidos, não aparecendo na moderna cartografia de tão específicos -, ou em outras circunstâncias, os povoados simplesmente deixaram de existir, como é o caso de muitas populações ribeirinhas dos rios Amazonas e seus afluentes e, em especial, a região mato-grossense, com o declínio do ciclo da mineração. Também neste caso, muitas povoações e vilas por onde passaram não foram reconhecidas, porque as denominações registradas pelo naturalista derivavam do gentílico e/ou "Nheengatu"⁸ e não encontraram similar no roteiro geográfico do Padre Noronha ou na moderna cartografia.

⁸ O "Nheengatu" era língua geral falada pelos tapuios e caboclos do médio rio Negro, entre os séculos XVIII e XIX, somente com o ápice do ciclo da borracha na Amazônia e a migração de nordestinos, foi suplantada pela língua portuguesa. Das denominações "Nheengatu" derivam importantes topônimos que estão carregados de informações históricas sobre o ecossistema.

São diversas as vilas, aldeias e roças que margeiam os rios pelos quais Alexandre Rodrigues Ferreira passa anotando as situações mais díspares, que vão da providência de instituir um cemitério fora do acanhado espaço da igreja, por encontrar-se esta com atmosfera intolerável e insalubre aos freqüentadores, aos relatos das condições de deserção dos indígenas, cuja saudade do mato e costumes os aproximam do “apetite animal”. Em outro momento, as condições do solo e as respostas à agricultura são rastreadas, advertindo que era necessário em primeiro lugar informar-se pela qualidade da terra e o que dela poder-se-ia extrair com mais sucesso; traça também a disposição sobre o que se pode produzir em menor tempo, com menos braços.

Nestas circunstâncias, introduz algumas sementes trazidas do Reino a fim de se observar a viabilidade da sua cultura, entre elas o cânhamo - por nós mencionados como primeira incumbência, ainda em Belém; as outras são o anil⁹, o arroz branco e o café¹⁰. Este último já havia sido introduzido e estava em experimento. Os apontamentos de Alexandre Rodrigues Ferreira referem-se a lavouras abandonadas, justificando-as por uma inadaptabilidade dada pelo clima demasiado úmido, em particular quando se refere à região de Barcelos - alto rio Negro. Ali, as estações climáticas de inverno chuvoso, tornam a terra alagadiça e a frutificação prejudicada pelo excesso de chuva que

lava o pólen, por outro lado, o sol de verão torna a terra tórrida e a planta cresta-se, sendo somente a custo de braços e instrumento, o sucesso do cultivo. Mas não há mão de obra disponível: *Para evitarem o demasiado calor, costumão abrigar os cafezeiros á sombra dos ingazeiros*¹¹. Do arroz branco, por exemplo, não se obteve resposta satisfatória, entendendo o naturalista ser aconselhável a continuidade do cultivo do arroz vermelho, nativo das várzeas e terras pantanosas, porque sendo adaptável aos terrenos da região, seu custo tornava-o acessível à população pobre desde o Maranhão.

Alexandre Rodrigues Ferreira deixa à esquerda o rio Amazonas, na sua margem setentrional, quase paralela, para adentrar o rio Negro que fica à direita, complexo fluvial de singular importância na história da ocupação da Amazônia. Assim, tomando seu curso inicia uma viagem até a Vila Barcelos, capital da Capitania de São José do Rio Negro. Conquanto considere o estudo do referido rio e região empreitada para mais de um naturalista, as anotações, relatos e informes, juntamente com as remessas de produtos contam com seu trabalho de investigação que não mede esforços. Preocupado em dar maior respaldo ao seu trabalho, solicita através de cartas, as notificações e verdadeiros tratados de especialistas que ali na região norte do Brasil estão ou estiveram pesquisando. Como as observações que fez

⁹ O Anil, índigo ou indigotina, trata-se de combinação heterocíclica e substância corante para tingir de azul. Encontra-se sob a forma da *glicoside indican*, em muitas plantas tropicais. Pode-se obter por síntese. Este corante é atualmente, substituído, cada vez mais, por anilinas sintéticas. **Bot.** (*Indigofera anil* e *Indigofera tinctoria*). Nome comum a duas espécies de ervas da família papilionáceas, antigamente cultivadas com muita freqüência e em grande escala para a extração do corante azul que contém.

¹⁰ O Café, ou *Coffea arabica*, pequena árvore da família das rubiáceas, nativa do sub-bosque do sudoeste do planalto da Etiópia. No Brasil, as sementes das variedades típicas podem ter chegado pela primeira vez, por volta de 1600 (século XVI), talvez trazidas da Índia. Contudo, o produto pelo menos até 1768, era importado, quando no Rio Janeiro chegavam de Lisboa. A segunda tentativa de introdução ocorreu por volta de 1727, o café chega à Guiana Francesa e um oficial da armada brasileira em visita a região para verificar as condições de fronteira, levou um punhado de sementes para Belém do Pará, logo, tornou-se um modesto produto comercial.

¹¹ A falta de aptidão agrícola em boa parte das áreas da Amazônia está presente no relatório final do Projeto Radam Brasil, de 1975. Dados que estão sendo trabalhados pelos pesquisadores do Imazon (Instituto do Homem e Meio ambiente da Amazônia), através dos mesmos foi possível a divisão da Amazônia em três grandes regiões: 1) Amazônia relativamente seca (ao sul da bacia amazônica); 2) Amazônia úmida (numa faixa de transição entre a Amazônia central e o arco de desmatamento); 3) Amazônia extremamente úmida (porção central da Amazônia). (Veríssimo, Adalberto et al., 2000)

juntamente com o astrônomo Dr. Joseph Simões de Carvalho; o *Tratado da agricultura particular do Rio Negro, segundo a experiência de Antonio Villela do Amaral*; as anotações sobre a "Dietética" – dieta alimentar dos moradores nativos e brancos da Amazônia; ou os relatos das enfermidades e aplicações de medicamentos pelo Dr. Antonio Joseph de Araujo Braga, nesta vila por solicitação de Alexandre Rodrigues Ferreira. Em maio de 1787, escreve ao ministro Mello e Castro, enviando-lhe 13 volumes de produtos pesquisados na região da mencionada Vila/capital, além de quatro memórias, entre elas as dos referidos agricultor e cirurgião.

OS INFORTÚNIOS DO NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

Com pontualidade o naturalista envia os "caixões" com os exemplares de minerais, vegetais ou animais, acompanhando os relatórios e descrições; em suas cartas às autoridades da Metrópole, sempre deixa escapar a ansiedade do retorno a Portugal para debruçar-se no trabalho de classificação do material remetido durante anos de permanência no Brasil. Refere-se ao produto coletado com cuidado, devendo o mesmo ser confiado a Júlio Mattiazzi – futuramente o naturalista o acusará da perda de muito destes materiais que são enviados para o Real museu da ajuda, aos seus cuidados; preocupado com o destino dos mesmos uma vez não possuir cópias das suas memórias, em 1786 escreve ao ministro Mello e Castro, e novamente reitera a disponibilidade de voltar.

(...) Eu, e os ditos Desenhadores, como S. Ex^a tem visto, e reparado, temos padecido muito, depois da viagem do Rio Branco: mais que Joseph Joaquim Freire, tem padecido Joachim Codina, que desde que chegou, tem custado a

restabelecer das febres, dores de estomago, e de ventre, que ally adquirio. Por isso não vao agora mais que 28 desenhos: reflectindo porem V. Ex^a, que dentro em três annos montão acima de 400 os que se tem enviado, verá que as suas Informações são o seu trabalho. Creyo, que tem tido a felicidade de chegar ás Maons de V. EX^a Digo que creyo, porque depois da ultima carta, que me escreveo Julio Mattiazzi na data de 20 de julho de 1784, nem se quer tenho sabido, se lá tem chegado as producções remettidas.¹² E esta he a mais pungente mortificação que passo, vacilando sempre, se ao penozissimo trabalho, que todas ellas custão em observar, recolher, e preparar sobreviverá à desgraça, de chegarem mal acondicionadas. Novembro de 1786 (Ferreira, s/d, p.30).

Dos três membros da expedição que acompanhavam Alexandre Rodrigues Ferreira, Agostinho Joaquim do cabo (botânico) dos 13 meses empreendidos na incursão para Vila Bela – saindo de Barcelos, Capital da Capitania do Rio Negro –, percorrendo o longo trecho do rio Madeira até Cuiabá, não suportou as intermitentes febres que assolavam esta região e morreu assim que chegaram a Vila Bela, Mato Grosso em 1788. Também ali o naturalista Alexandre Rodrigues quase sucumbiu, não fossem os cuidados do médico do governador da Capitania do Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

No retorno de sua viagem as Capitania do Mato Grosso e de Cuyabá, na cidade de Belém do Pará, desposou D. Germana filha do Capitão-general Luís Pereira Cunha, fiel servidor do naturalista, a quem confiava o despacho das caixas contendo o material coletado, além dos relatórios, diários e memórias que seguiam para o Real Museu da Ajuda.

¹² Os grifos são meus.

Em 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira, recebeu ordens para retornar a Portugal. Ao que tudo indica, sua esposa, D. Germana, não o acompanhou, uma vez que o Capitão-general Luís Pereira da Cunha, seu pai, enviou carta pedindo autorização à Coroa, para embarcá-la. Chegando a Lisboa, Alexandre Rodrigues Ferreira foi recebido com honrarias e recompensado pelo serviço prestado à Coroa: recebeu de D. Maria I a condecoração com o “Hábito da Ordem de Christo”, foi nomeado Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios, ao que somadas a outras nomeações e incumbências burocráticas, consumiram todo seu tempo, impedindo-o de trabalhar na organização dos materiais que coletara durante a *Viagem Philosophica*. Com a morte de Julio Mattiazzi, também foi encarregado da função de Diretor interino do Real gabinete da História Natural.

O infortúnio de Alexandre R. Ferreira tem sua continuidade com a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. Após a ocupação de Lisboa pelas tropas do Marechal Junot, o Museu de História Natural de Paris recebe uma carta do Ministro do Interior da França, Emmanuel Cretet, sugerindo a visita de um cientista encarregado das “permutas” com as instituições portuguesas. Em 1808 chegava a Portugal Etienne Geoffroy de Saint-Hilaire e os propósitos de negociações anteriores redundam em espetacular confisco de boa parte da parcela do acervo existente. Curiosamente, será Domênico Vandelli – então Diretor do Gabinete de História Natural de Lisboa – aquele que irá corroborar com a considerável espoliação francesa sob a orientação de E. Geoffroy Saint-Hilaire, causando um considerável dano, como pode ser avaliado pelo que oficialmente se remete no documento, transcrito abaixo.

Le Duc d'Abrantes, General en Chef de L'amée du Portugal, autorize Mr. Geoffroy, membre de

L'Institut de France envoyé par le Ministe de L'Interieur pour faire des recherches sur les objectes de Histoire Naturre existants en Portugal et utiles au Cabinet de Paris, à enlever et faire encaisser pour être transportés en France les obejectes spécificiés dans le present... par nous depuis l'1 jusqu'a 4 et comprenant 65 espèces et 76 individus de mammifères, 238 espèces et 384 individus des oiseaux, 25 espèces et 32 individus de reptile et 89 espèces et 100 individus de poissons. Le Directeur du Cabinet Mr. Vandelli donnera à Mr. Geoffroy toutes les facilités qui dependront de lui pour les objects, et la présente ordre restera desposée entre les mains de Mr. Vandelli pour as decharge. Lisbonne, le 3 juin 1808 Le Duc D'Abrantes (FERREIRA, 1972, p. 6).

Posteriormente, alguns trabalhos de classificação de espécimes animal ou vegetal das regiões Norte e Oeste do Brasil foram apresentados por naturalistas que nunca estiveram no Brasil. Considerando o desaparecimento de algumas coletas e catalogações dos materiais da *Viagem Philosophica* não é de se estranhar que as mesmas fossem frutos da usurpação das memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira. O também naturalista Emílio Goeldi, em estudo e publicação que fez de parte dos originais de Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1895, acusa o zoólogo francês Geoffroy Saint-Hilaire de praticar “pilhagem” com os materiais do naturalista brasileiro, que resultam confirmado em nada menos que 19 espécies de macacos vindos do Brasil, e que em Paris, foram classificados pelo zoólogo francês sem qualquer referência ao mesmo. O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*); o boto vermelho (*Inia geoffrensis*); aves como o nosso pavão-domato, anambé-preto ou toropixi (*Cephalopterus ornatus*), não passaram despercebidos a Alexandre R. Ferreira, que os registrou através de descrições e iconografias. Certamente a ele deveria caber a primeira descrição e classificação, o que se pode provar examinando seus álbuns e

memórias, alguns desenhos ainda inéditos, mas que confiscadas caíram nas mãos do zoólogo francês, que sem nenhum escrúpulo as classificou. Atestam para isso (Goeldi, 1895; Cruls, 1976; Teixeira, 1992).

Embora os manuscritos e a iconografia, com a queda de Napoleão, retornassem oficialmente a Lisboa, o saque promovido pela ocupação francesa ocasionou um esfacelamento dos mesmos, visto que rapidamente dispersaram-se pelas várias instituições. Alguns dos materiais teriam sido encontrados nas mãos de particulares, conforme declaração de José Vicente Barboza, do Museu Bocage em Lisboa. Dado o percurso, bem como o tempo de dedicação de Alexandre Rodrigues Ferreira em tal empreitada, não é difícil supormos hoje que, embora o material conhecido seja de um volume astronômico – boa parte por publicar -, este nada mais seja que apenas uma pequena fração da obra original, que talvez esteja hoje figurando em coleções particulares ou enfeitando alguma parede como curiosidade comprada no mercado negro dos documentos históricos. É um caso para refletirmos, mesmo porque segundo informação que o herbário coletado por Alexandre Rodrigues encontra-se no “Jardin des Plantes”, em Paris, em péssimas condições de conservação.

De 1803 a 1815, período que inclui a invasão francesa pelas tropas de Napoleão, o saque ao Museu e às obras de Alexandre Rodrigues Ferreira, até sua morte, há um silêncio de sua parte. Silêncio este quebrado por uma notícia ou outra dada por aqueles que o admiravam ou por aqueles que se defendem de alguma dívida moral para com o naturalista. Ele, que sobreviveu a 39.000 quilômetros pelas matas inóspitas, espreitado pelos perigos dos assaltos dos “gentios”, dos animais e patógenos, deixou-se vencer pela melancolia entregando-se a um entorpecimento dos sentidos

através do alcoolismo. Um final que, durante algum tempo seus biógrafos (Cabral, 1876; Goeldi, 1895; Roquete-Pinto, 1933; Corrêa, 1939), qualificaram de desgosto ou melancolia, talvez por não acreditarem que a condição humana e o homem de ciência caminhem juntos.

No saque, que representou a invasão francesa para Portugal, e em especial ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, a omissão ou conivência de Vandelli é inquestionável. Diretor do Real Gabinete da Ajuda, Vandelli poderia ter impedido que pelo menos os manuscritos – principalmente a descrição da Flora Paraense, que nunca voltou da França –, fossem transformados em espólio de guerra, uma vez que com os materiais volumosos não havia como impedi-los. Todavia, a prova cabal de sua participação encontramos-la em trecho da carta – acima transcrita – do Duc d’Abrantes, General e Chefe da Armada Portuguesa, por ocasião da invasão das tropas de Napoleão.

A fuga, ou o degredo de Vandelli posteriormente confirmou sua anuência aos franceses. Porém, no que pese sua responsabilidade, a acusação de Alexandre Rodrigues Ferreira ao desleixo de Júlio Matiazi para com o material que ele coletou e enviou da colônia para o museu da Ajuda não pode ser ignorada. Sabemos o que significa um herbário atirado em qualquer canto, como é fácil as etiquetas se perderem e, uma vez que não houve preocupação imediata de reposição, o que representa a troca dos espécimes vegetais e/ou animais.

Contudo, quando aconteceu a Invasão das tropas napoleônicas em Portugal (1808), já se iam quinze longos anos de regresso de Alexandre Rodrigues Ferreira: quinze anos em que jaziam as coleções da Amazônia brasileira acumulada no Real

Gabinete de História Natural de Lisboa, à espera do trabalho de identificação. Portugal, vivendo uma política de absolutismo e sigilo, não conseguiu superar esta estagnação e acreditar na importância que resultaria para a Ciência o estudo e classificação dos materiais coletados na Amazônia, e o reconhecimento devido ao naturalista com a publicação. Quanto à responsabilidade de estudo, classificação e organização atribuídas a Alexandre Rodrigues Ferreira, independente da falta de disponibilidade de tempo, é preciso ressaltar que um trabalho desta ordem requer um grande contingente de cientistas especializados em diversas áreas – botânicos, zoólogos, geólogos entre outros. Para se ter uma idéia, o alemão Alexander von Humboldt, que realizou expedição pela América Equinocial (1799-1804), retornando à Europa, abandonou todos os compromissos que até então desempenhara junto ao governo alemão e universidade, para se dedicar por vinte anos ao estudo e pesquisa dos materiais por ele coletado, um exaustivo trabalho no qual foi assessorado por ilustres cientistas.

Interesses políticos e econômicos da Coroa à parte, é inegável o caráter científico da Expedição Portuguesa à Amazônia, levada a efeito pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira e sua equipe enviados ao Brasil, para a pesquisa de campo. Com todas as dificuldades, percalços e limitações, foi a primeira grande expedição científica portuguesa à Amazônia, que em si mesma evocou o exercício da própria ciência Iluminista quando então, o naturalista esboçou em suas observações seguir a sistemática de Linnaeus¹³, obra que figurava na biblioteca selecionada para a *Viagem Philosophica*¹⁴. O resultado destes nove anos de

trabalho nos coloca diante de uma atmosfera intelectual e não é possível entender o pleno sentido de seu trabalho como naturalista e inspetor - das suas observações, conceitos e relatos das coisas e dos homens do Brasil - sem nos reportarmos ao ambiente e momento de fecunda produção científica do século XVIII. *Quais foram os problemas científicos de seu tempo? Quais foram os instrumentos conceituais e técnicos de que dispunha na sua busca de uma solução? Quais foram os métodos que ele pôde utilizar? Que idéias predominantes na sua época orientaram a sua pesquisa e influenciaram as suas decisões?* (Mayr; 1998 p.21).

A VIAGEM PHILOSOPHICA: UMA ESQUECIDA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA

Aliás, na *Viagem Philosophica* o cientista racional está presente em cada observação renovadora, quando revoluciona comportamentos seculares, como a mentalidade dogmática dos jesuítas em relação a catequese dos indígenas ou os ritos; quando busca as causas dos fenômenos ou quando busca a razão de ser do acontecido na sociedade ou na natureza; quando, após referir-se à teoria acerca da debilidade da natureza do Novo Mundo de Buffon reporta-se aos fósseis encontrados em 1770-1 – dez léguas da Vila de São João Del Rei –, e reflete sobre o tamanho fabuloso dos mesmos questionando: *Estas descobertas não dão lugar a milhares de conjecturas?*; quando enfim toma sobre si a responsabilidade da investigação. Heis o que caracteriza o método científico. É, pois, no naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira que encontramos esta preocupação básica, não

¹³ Linnaeus, Carl von. *Histoire Naturelle*. (1735).

¹⁴ Equipamentos para a expedição *Viagem Philosophica*: uma cozinha de campanha; um laboratório portátil; apetrechos de caça e pesca; uma arca de medicamentos; uma biblioteca com 11 livros contendo, um mapa da bacia fluvial Amazônica; uma cópia manuscrita do diário de viagem pela capitania do Rio Negro, do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio (1775); as clássicas obras de Piso e Marcgrave (séc.XVII – Brasil holandês); obras de Linnaeus e Buffon.

encontrando em seus antecedentes tão claramente as descrições que inauguram um período de viajantes naturalistas que, ao percorrerem o Brasil de norte a sul, fomentem um estudo científico sistematizado da fauna, da flora, do clima, da população, da economia, da geografia, enfim.

Pouco se conhece no Brasil a respeito dos dois “debuxadores”, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire – que acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira –, responsáveis por centenas de aquarelas e desenhos documentais. Esses “riscos” – como eram na época chamados os desenhos que representavam componentes ambientais –, com os espécimes coletados e as anotações, são fragmentos do Universo Amazônico, que acompanhavam os relatórios e manuscritos do Naturalista. Das ilustrações originais remetidas do Museu da Ajuda para o Brasil, somaram-se 1.015, das quais até 1992, somente 328 haviam sido duplicadas com as características das pranchas originais.

Aliás, a história da vinda dos manuscritos e iconografia da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o Brasil, teve por objetivo dar maior divulgação a obra do naturalista por ordem do governo português. Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia em 1895, o Dr. Emílio A. Goeldi, escreve, um ensaio sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, encerrando-o com um *Post-scriptum*, são dele as informações acerca dos manuscritos do naturalista:

...Aqui jaziam [em Portugal] até 1842, epocha em que uma portaria do ministerio do reino ordenou que se entregassem ao ministro do Brasil n'esta côrte, Drummond, afim de serem enviados para o Brasil e lá impressos por conta do governo brasileiro, depois do que deveriam ser restituídos ao museu. Drummond passou recibo de 258 manuscritos (...).” “Têem já decorrido quasi vinte annos; ignoramos se o

governo do Brazil já encetou a publicação das obras do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira; mas podemos affirmar que nenhum dos manuscriptos voltou ainda para o museu! Expozemos singelamente os factos; julgamos desnecessarios quaisquer commentarios (Lisboa, Imprensa Nacinal, 1862 Apud Goeldi, 1895).

Cinquenta anos haviam se passado quando Goeldi escreveu o ensaio, todavia suas notícias são de que, nada se publicara das obras de Alexandre Rodrigues Ferreira além das transcrições de parte do roteiro da *Viagem Philosophica*, pela *Revista do Instituto Histórico Geográfico*.

Segundo José Candido de Mello Carvalho, o intento tem suas peculiaridades e narrá-las seria correr o risco de ferir a suscetibilidade de algumas dezenas de pessoas. Desde 1876, foram várias as tentativas de publicação do material iconográfico, enviado por Portugal – cuja soma mencionamos acima. O pesquisador José Honório Rodrigues, em 1912, afirmava que a publicação dos mesmos é *sonho de longa data acalentado, pelos melhores espiritos da cultura brasileira*.

Nesse sentido temos pelo Projeto n.629 de 17 de outubro de 1949, a Câmara dos Deputados abrindo um crédito de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros), destinado à reprodução dos manuscritos da *Viagem Philosophica* pelo Ministério da Educação e Cultura. Em 4 de junho de 1951, sob o Projeto n.560, desta feita sob a responsabilidade do Congresso Nacional que autorizava um crédito de um milhão e quinhentos mil cruzeiros antigos, para serem distribuídos num parcelamento de Cr\$300.000 (trezentos mil cruzeiros, durante cinco anos). Tratava-se de uma proposição dos deputados Coutinho Cavalcanti, Afonso Arinos de Melo Franco e Nelson Carneiro. Também a Lei de n.1.706, de 22 de outubro de 1952 autorizou o Poder Executivo a imprimir as

obras do naturalista. Contudo nenhuma dessas iniciativas foi coroada de êxito.

Tendo em vista o interesse do Professor Olympio Ribeiro da Fonseca Filho - então Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - de assumir para o INPA a capacidade científica e financeira da realização da reprodução da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, a Comissão do Ministério da Educação e Cultura que conforme Portaria n.241, de 2 de agosto de 1955, *ex vi* da Lei n.1.706 tinha a seu cargo a organização das obras, propôs ao MEC encerrar suas atividades e deferir a pretensão do Instituto. Através do ofício de n. 983/55, de 20/12/55, o intento foi aceito. Os Professores João Ribeiro Mendes, George Agostinho da Silva e Glória Marly Duarte Nunes de Carvalho Fontes - do INPA - procederam ao inventário dos códices, contudo mais uma vez o trabalho encerrou-se sem que procedessem as publicações dos materiais, por escassez de recursos. (Ferreira; 1971).

Excetuando a publicação esporádica de algumas monografias, ou memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira, coube ao Conselho Federal de Cultura, tendo como Professor titular do Museu Nacional José Candido de Melo Carvalho e Arthur César Reis como presidente do Conselho Federal, retomar em 1970 o trabalho tão projetado, sem nunca ter chegado à termo. Desta forma temos neste ano a reprodução de 308 pranchas, divididas em caixas que somam dois volumes, o primeiro reunindo 140 pranchas referente à Geografia e antropologia e o segundo, 168 pranchas com iconografia sobre a zoologia. Em 1992, sob a orientação da Fundação da Biblioteca Nacional, mais uma tentativa de resgate cultural sob presidência de Afonso Romano de Sant'Anna levaram à publicação mais 20 pranchas, uma coletânea de diversos, reunindo, etnografia, botânica, peixes, aves e mamíferos (Ferreira;

1992).

Dado o caráter ambicioso da Expedição Portuguesa, no qual se inscreve como a primeira investigação científica realizada sobre povos, fauna, flora e recursos naturais pela região amazônica, o naturalista alemão von Humboldt, abriu um parêntese nos seus registros para uma observação possível somente num visionário. Ao tecer considerações das dificuldades de uma expedição pelas selvas, faz o que podemos chamar de menção honrosa para o naturalista que antecedeu não somente a expedição que deu origem ao seu *Quadros da Natureza* de (1799- 1804), como também as *Viagens pelo Brasil* de Spix e Martius (1817-1829) e a *Expedição Langsdorff* do Barão von Langsdorff (1821-1829). Trata-se de Alexandre Rodrigues Ferreira autor de a *Viagem Filosófica* (1783-1792), um naturalista brasileiro que percorreu 39.372 quilômetros pelas regiões Norte e Oeste, cobrindo dessa forma, uma grande parte da área que é atualmente designada por bacia amazônica.

Pode-se considerar que o ostracismo e desencanto no qual morreu o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira em Portugal, o reconhecimento à importância e contribuição científica do seu trabalho só seria feita *in memoriam*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CABRAL, Alfredo do Valle. Alexandre Rodrigues Ferreira, notícias das obras manuscritas e inéditas relativas á Viagem Philosophica. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.1,1876-1877.

CAPEL-SAEZ, Horácio. *O nascimento da ciência moderna e a América*. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos

- técnicos no estudo do território. Tradução: Jorge U. Guerra Villalobos. Maringá: Eduem, 1999.
- CORRÊA, Filho V. *Alexandre Rodrigues Ferreira, vida e obra do grande naturalista*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CRULS, Gastão. *Hiléia Amazônica*. Aspectos da Flora, Fauna, Arqueologia e Etnografia Indígenas. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. A História e a devastação da Mata Atlântica. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- EXPEDIÇÃO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil: Carta do Ministro Martinho de Mello e Castro. *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1º e 2º trimestre, p. 229-31, 1892.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica: Alexandre Rodrigues Ferreira*. Geografia, Antropologia e Zoologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1971. 308 pranchas soltas. 2v.
- _____. *Amazônia, redescoberta no séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1992. 20 pranchas soltas.
- _____. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- _____. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Circulo do Livro; Museu Emílio Goeldi, s/d.
- GOELDI, Emil August. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- _____. *Dr. Alexandre R. Ferreira*. Mormente em relação as suas viagens na Amazônia e sua importância como naturalista. Pará: Ed. Alfredo Silva & Cia, 1895.
- LIMA, A. Pires de (Org. dos documentos). *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*. República Portuguesa. Agência Geral do Ultramar. Divisões de Publicações e Biblioteca, 1953.
- MAYR, Ernst. *O Desenvolvimento do Pensamento Biológico: diversidade, evolução e herança*. Tradução: Ivo Martinazzo. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1998.
- NEIVA, Arthur. *Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil: de Gabriel Soares de Souza, 1587, a 7 de setembro de 1922*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge. *História da biogeografia no Período Pré-Evolutivo*, São Paulo: Plêiade, 1997.
- ROQUETE-PINTO, Paulo. Um Naturalista Brasileiro. *Revista Nacional da Educação*. Rio de Janeiro, n 13-14, p.20-23, out./ nov. 1933.
- SILVA, José Pereira (Org.). *Roteiro da Viagem Pe. Dr. José Monteiro de Noronha pelos rios Amazonas e Negro*. Da Cidade do Pará até às últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro, Ilustrado com algumas notícias que podem interessar à curiosidade dos navegantes e dar mais claro conhecimento das duas Capitânicas do Pará e de São José do Rio Negro. Rio de Janeiro: Ed. Silva, 1997.

TEIXEIRA, Dante M. Um espelho distante: Os resultados zoológicos da Expedição de A. R. Ferreira. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (Ed.). *Viagem Philosophica: Uma redescoberta da Amazônia*, (1792-1992). Rio de Janeiro: Index, 1992, p.65-79.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. A derrubada de mitos amazônicos. *Folha de São Paulo. Suplemento Mais*, 28-05-00, p. 26-28.

Endereço para correspondência:
Rua Evaristo da Veiga, 1315
CEP: 87033-430 - Maringá - PR
E-mail: eulaliamoraeas@hotmail.com